

O protagonismo infantil no interior de movimentos sociais contemporâneos no Brasil

Maria Cristina Soares Gouvêa¹; Levindo Diniz Carvalho²; Fábio Accardo de Freitas³; Luciana Maciel Bizzotto⁴

Recibido: 1 de marzo de 2019 / Aceptado: 12 de julio de 2019

Resumo. Neste texto nos propomos a discutir o protagonismo infantil a partir da análise da inserção de crianças em dois movimentos sociais brasileiros: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o movimento das ocupações urbanas no contexto das grandes cidades brasileiras. Para tal, iremos abordar as condições de participação e/ou protagonismo das crianças no interior desses movimentos, os quais têm como sujeitos as famílias, na luta por terra, trabalho e moradia. Inicialmente, iremos situar o conceito de protagonismo, dialogando com os estudos sobre direitos da criança e da sociologia da infância. Posteriormente, iremos analisar em cada movimento as condições do exercício do protagonismo infantil. No caso do MST, nossa análise será centrada na sistemática de participação revelada no processo de preparação e realização dos encontros das crianças Sem Terrinha. No caso das ocupações urbanas, iremos contemplar em que medida a dimensão de cidadania na infância pode instaurar um protagonismo da infância na pauta de reivindicações do movimento e na própria dinâmica de luta. Desse modo, pretendemos avaliar as condições e os limites do protagonismo infantil no interior desses movimentos sociais contemporâneos, bem como os desafios epistemológicos na apreensão dos conceitos de protagonismo e participação à luz de ambos os movimentos.

Palavras-chave: Infância; protagonismo infantil; participação; movimentos sociais brasileiros.

[es] El protagonismo infantil en los movimientos sociales contemporâneos en Brasil

Resumen. En este texto vamos a discutir el protagonismo infantil a partir del análisis de la inserción de niños en de los movimientos sociales brasileiros: el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST) y el movimiento de las ocupaciones urbanas en el contexto de las grandes ciudades brasileiras. Para ello, vamos a abordar las condiciones de participación y/o protagonismo de los niños en el interior de esos movimientos, los cuales tienen como sujetos a las familias, en la lucha por tierra, trabajo y vivienda. Inicialmente, vamos a situar el concepto de protagonismo, dialogando con los estudios

¹ Profesora titular de la Facultad de Educación de la Universidad Federal de Minas Gerais (FaE/UFMG), Brasil. E-mail: crisoares43@gmail.com

² Profesor Adjunto de la Facultad de Educación de la Universidad Federal de Minas Gerais (FaE/UFMG), Brasil. E-mail: levindodinizc@gmail.com

³ Doctorando en Educación por el Programa de Doctorado Latinoamericano en Educación: Políticas Públicas y Profesión Docente, de la Facultad de Educación de la Universidad Federal de Minas Gerais (FaE/UFMG), Brasil. E-mail: fabioaccardo@gmail.com

⁴ Doctoranda en Educación por el Programa de Post Graduación en Educación: Conocimiento e Inclusión Social, de la Facultad de Educación de la Universidad Federal de Minas Gerais (FaE/UFMG), Brasil. E-mail: bizzotto.lu@gmail.com

sobre derechos del niño y de la sociología de la infancia. Posteriormente, vamos a analizar en cada movimiento las condiciones del ejercicio del protagonismo infantil. En el caso del MST, centraremos nuestro análisis en la sistemática de participación revelada en los procesos de preparación y realización de los encuentros de los niños Sem Terra. En el caso de las ocupaciones urbanas, vamos a contemplar en qué medida la dimensión de ciudadanía en la infancia puede instaurar un protagonismo de la infancia en la pauta de reivindicaciones del movimiento y en la propia dinámica de lucha. Así, vamos a evaluar las condiciones y los límites del protagonismo infantil en el interior de esos movimientos sociales contemporáneos y los desafíos epistemológicos en la aprehensión de los conceptos de protagonismo y participación a la luz de ambos los movimientos.

Palabras clave: Infancia; protagonismo infantil; participación; movimientos sociales brasileños.

[en] The Child Protagonism within contemporary social Movements in Brazil

Abstract. In this text, we propose to discuss and analyze the protagonism of children using data relating to two Brazilian social movements: the Landless Rural Workers Movement (known as MST) and the urban squatter movement in the context of large Brazilian cities. Therefore, we will address the conditions of participation and/or the protagonism of children in these movements, whose aims are to help families in their struggle for land, work and housing. Initially, we will outline the concept of protagonism, by examining studies on children's rights and the sociology of childhood. Later, we will analyze the conditions pertaining to the protagonism of the children in each movement. In the case of MST, our analysis will be centered on the systems of participation revealed in the process of preparation and implementation of the meetings of the Children Without Land. In the case of urban squatters, we will examine how much the concept of childhood citizenship can affect the protagonism of children in the movement's agenda of demands and in the very dynamics of struggle. Thereby, we will evaluate the conditions and limits of the protagonism of children in these contemporary social movements and the epistemological challenges regarding the concepts of protagonism and participation in the context of both movements.

Keywords: Childhood; child protagonism; participation; Brazilian social movements.

Sumario. 1. Introdução. 2. Protagonismo e participação. 3. Protagonismo infantil no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). 4. Protagonismo infantil nas práticas sociais de uma ocupação urbana. 5. Considerações Finais. 6. Referências bibliográficas.

Cómo citar: Soares Gouvêa, M. C., Diniz Carvalho, L., Accardo de Freitas, F., Maciel Bizzotto, L. (2019): O protagonismo infantil no interior de movimentos sociais contemporâneos no Brasil, *Sociedade e Infancias*, 3, 21-41.

1. Introdução

A expressão protagonismo infantil é corrente na produção brasileira contemporânea sobre a criança. Em trabalhos que tematizam espaços escolares, e não escolares, os direitos da infância, bem como em documentos oficiais, o uso da expressão busca destacar a importância de conferir centralidade à criança na análise de sua participação na vida social, bem como promovê-la no desenvolvimento de políticas públicas dirigidas à infância.

Ainda que presente, o termo é raramente definido ou precisado, bem como diferenciado de termos correlatos, como participação, agência ou ator social. Desse modo, cabe conferir maior densidade epistêmica, de forma a refletir sobre sua potência como ferramenta analítica na apreensão das condições e das manifestações de protagonismo da criança no mundo social.

Neste texto, nos propomos a discutir o protagonismo infantil a partir da análise da inserção de crianças em dois movimentos sociais brasileiros: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o movimento de luta por moradia. Para tal, iremos abordar as condições de protagonismo das crianças no interior de movimentos que têm como sujeitos as famílias, na luta por terra, trabalho e moradia. Embora trate-se de movimentos singulares e distintos em sua composição, objetivo, alcance e história, ambos agregam populações pobres na luta pelo direito à terra, no caso da população rural, ou à casa, no caso da população urbana, a partir de uma perspectiva coletivista.

Cabe destacar que as situações empíricas aqui apresentadas e analisadas são caracteristicamente distintas, bem como têm alcance diverso. No caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), temos como objeto a preparação e realização do Encontro Nacional de Crianças Sem Terrinha, que ocorreu em Brasília, em julho de 2018. No caso do movimento de ocupações urbanas, tomamos como objeto o estudo da centralidade do discurso do direito das crianças na construção de um aparato legal de defesa de uma ocupação urbana no município de Belo Horizonte/MG e a participação destas no cotidiano da ocupação. Trata-se de recortes de pesquisas etnográficas ainda em desenvolvimento, que buscam analisar a participação das crianças nos movimentos.⁵

Temos como perspectiva apreender o protagonismo da criança no interior de relações intergeracionais que a condicionam. Para tal, iremos, inicialmente, refletir sobre o conceito de protagonismo infantil, no diálogo com os estudos sobre direitos da criança e da sociologia da infância. Posteriormente iremos ter como foco os distintos movimentos, na análise das expressões e condições do exercício do protagonismo infantil. Por fim, a partir das questões postas por ambos os movimentos, iremos avaliar os desafios na apreensão do protagonismo e participação, a partir de suas condições e limites.

2. Protagonismo e participação

O termo protagonismo tem origem na palavra grega *protagonistes*, que significa “ator que desempenha o papel principal numa peça” - de *protos*, “primeiro” e sua junção com *agonistes*, “ator, competidor”. Neste sentido, refere-se, tradicionalmente ao campo das artes cênicas e não ao campo sociológico. Sua utilização para reportar-se à cena social emerge com as teorias sociológicas que, a partir da década de 1970, trazem para o centro da ação o *ator social*, quer seja, o sujeito comum, inserido em movimentos sociais.

O trabalho do sociólogo Alain Touraine (2006) conferiu visibilidade, na sociologia contemporânea, à dinâmica das lutas sociais, protagonizadas por sujeitos inseridos em grupos marcados por uma identidade comum. Identidade esta não referida apenas à condição de classe, mas também, de gênero, etnia, moradia (e, no caso deste estudo, geração).

⁵ Trata-se de duas pesquisas de doutorado, cujos instrumentos metodológicos envolvem a realização de observação participante em uma ocupação urbana e em assentamentos do MST. Além da observação do cotidiano das crianças nestes espaços, estão sendo realizadas entrevistas com lideranças adultas, pais e as próprias crianças, e sendo utilizados recursos que buscam apreender a linguagem das crianças, como desenhos e filmagens feitas por elas próprias.

No estudo da produção acadêmica sobre protagonismo, Pires e Branco (2007) identificam que este termo caracteriza-se pelo hibridismo. Observa-se sua associação a outros termos igualmente híbridos, tais como participação, autonomia, cidadania, responsabilidade social, sendo recorrente a relação com a formação e/ou ação cidadã. Para os autores, observa-se um uso abstrato e genérico do termo, desconectado da análise das condições concretas dos sujeitos (no caso do estudo dos autores, adolescentes e jovens) na formação e exercício do protagonismo.

Não é possível, como apontam Ferretti, Zibas e Tartuce (2004), estabelecer uma diferença clara entre participação e protagonismo, sendo o primeiro termo mais presente na literatura internacional. Nesta produção, protagonismo é remetido à experiência infantil Latino Americana e Africana, associado à vivência e projetos sociopolíticos voltados para (ou desenvolvidos por) crianças do hemisfério sul. Observa-se que em duas obras de referência do campo dos estudos da infância: *Key Concepts in Childhood Studies* (2008) e *Childhood Studies Handbook* (2010), o termo protagonismo faz-se ausente, enquanto a questão da participação é largamente discutida e problematizada. O termo faz-se presente na análise de Liebel (2012) sobre a participação das crianças e jovens em movimentos sociais de países do “Global South”, em que o autor prefere utilizar o termo protagonismo infantil em português, argumentando ser de difícil tradução e compreensão na língua inglesa (*children protagonism*). Ou seja, o protagonismo infantil constituiria expressão referente a uma realidade sócio-cultural específica, impossível de ser apreendida em outros contextos em que a criança teria uma participação distinta na vida social.

Alguns autores (Ferretti, Zibas e Tartuce, 2004: 3) consideram que o termo protagonismo poderia indicar uma centralidade do sujeito individual: criança, fora das relações com outros sujeitos e atores. Assim, optam pelo uso do termo participação, que teria um sentido mais relacional: “uma abordagem mais democrática na ação social, sem colocar em destaque um protagonista singular”.

Se o termo protagonismo infantil é pouco presente ou teorizado no campo da sociologia da infância, os termos participação, agência e ator social constituem conceitos centrais que estruturam o campo, na apreensão da criança como sujeito social, que participa da vida coletiva, com formas singulares de expressão e ação (Prout & James, 1997). Contudo, observa-se uma distinção no recurso a esses diferentes termos. Mayall afirma que “ator é alguém que faz algo, agente é aquele que o faz na relação com outros sujeitos, contribuindo para o processo mais amplo de reprodução sócio cultural” (Mayall, 2002 apud James, 2010: 41). No que se refere ao conceito de participação, é interessante notar que este é mais tematizado no interior de discussões metodológicas, sobre a participação das crianças nas pesquisas, na busca pela construção de ferramentas e estratégias para sua efetivação e ampliação (Spyrou, 2018).

A discussão sobre a participação das crianças na vida social faz-se presente também em autores que buscam destacar que esta se dá no interior de relações intergeracionais (Honig, 2010; Alanen, 2010). Para Alanen, a diferenciação da natureza da participação infantil em relação a outros grupos etários efetiva-se a partir de práticas que a organizam, limitando o exercício de sua agência (Alanen, *idem*, *ibidem*: 169).

Spyrou (2018) em sua revisão de alguns conceitos chave do campo da sociologia da infância, não se debruça sobre o termo protagonismo, mas problematiza os conceitos de agência e participação. Para o autor, o termo agência tornou-se um pressuposto apriorístico nos estudos do campo, fundado numa visão romântica de infância, sem que se problematize as condições de seu exercício pela criança, ou se analisem

os contextos em que esta se manifesta ou é restringida. Em suas palavras: “Não se trata de afirmar a existência da agência da criança, mas de analisar onde, como e quando ela ocorre” (Spyrou, 2018: 122). Remetendo-se a Esser (2016), Spyrou destaca que o conceito de agência deve assumir um sentido mais relacional, no diálogo com o de ordem geracional, de forma a avaliar os discursos e práticas geracionais que possibilitam a agência infantil.

Na mesma direção, Leonard (2016) propõe o termo *generagency* de forma a destacar a interdependência entre ambas as dimensões, enfatizando que a agência é situada e limitada pelas realidades estruturais das relações intergeracionais. Punch (2016) também aponta para a estagnação no desenvolvimento teórico sobre a agência das crianças nas suas dimensões de direito e participação. Para autora existe uma onipresença do uso do termo nos estudos da infância, sem que se faça presente uma problematização que o relacione a ordens geracionais e aos impactos concretos nas condições de vida das crianças e políticas.

No campo dos direitos da criança, as discussões em torno do protagonismo e participação mostram-se presentes. No documento da Convenção de Direitos da Criança, a participação infantil constitui um dos eixos centrais, especialmente nos artigos 12 e 15, que afirmam a importância da escuta e do direito de e associação das crianças na defesa de seus interesses. Embora o documento apresente inegáveis avanços, é justamente nessa dimensão que são avaliadas suas principais contradições. Diversos autores apontam para a indefinição do conceito (Tobin, 2013), a desconsideração da singularidade das formas de expressão da criança, dos mecanismos de promoção de sua participação (Liebel, 2012), bem como a ausência destas na formulação do texto (Tobin, 2013).

A elaboração da carta da Convenção resulta de 10 anos de negociações entre os 156 países signatários, em que a forma final reflete o protagonismo dos países do Hemisfério Norte, com uma participação menos efetiva dos países do Hemisfério Sul. Cabe ter em vista que as condições de produção do texto reproduzem relações de poder entre os países signatários. Tobin (2013) comenta a pouca participação de países ditos periféricos na formulação do documento. Já Pilotti (2000) destaca que os países do Hemisfério Norte articularam-se coletivamente na definição dos parâmetros do documento, o que refletiu em sua configuração final.

Fruto deste protagonismo, o modelo de participação é especialmente criticado por ancorar-se na experiência social das crianças dos países do Hemisfério Norte, tomada como universal, desconsiderando as outras formas de participação das crianças do Hemisfério Sul (Rosemberg, 2005; Marchi e Sarmento, 2018). Os autores ressaltam que a concepção de infância que embasa o texto é caracterizada pelo individualismo, com uma experiência social de forte institucionalização, e centrada na família e na escola. A participação é entendida como processo formativo a ser exercido na vida adulta e não como dimensão presente na vida da criança, circunscrevendo-se a temáticas relacionadas ao “mundo infantil”. Como aponta Punch (2016), é oportuno para os estudos da infância aumentar a comunicação e colmatar as lacunas entre o que a autora chama de mundos majoritários e minoritários, representados pelos Hemisférios Sul e Norte. Ainda que essa dicotomia possa gerar o risco de sobre-homogeneizar diferentes partes do mundo, trata-se de uma lente promissora para desafiar o campo.

A partir do documento, buscando avançar na definição de parâmetros para análise da participação da criança, Hart (2007), Shröder (1995) e Lansdow (2001) construí-

ram importantes escalas hierárquicas de níveis e tipologias de participação infantil, tomando como referência a dependência ou a autonomia da criança em relação ao adulto. Tais parâmetros vêm sendo largamente reproduzidos nas análises e políticas públicas. Porém Gaitán Muñoz e Liebel (2011), afirmam que as sutis relações de poder e o jogo de alteridade, presente nos processos de escuta e protagonismo das crianças, não são apreendidas em tipologias. Tal perspectiva é também criticada por Pires e Branco (2007), por seu caráter formalista, que não parte da análise de experiências concretas de participação e/ou protagonismo.

Liebel (2012) critica a perspectiva de análise da participação a partir de sua definição conceitual. O autor centra-se na discussão do pressuposto da participação, entendendo que o debate deve fundar-se, não no texto da Carta dos Direitos da Criança, mas sim, nas experiências sociais concretas de participação, denominando sua perspectiva analítica de *participation from below*.

Trazendo a questão do protagonismo para o contexto brasileiro, esta discussão emergiu com o processo de redemocratização, nos anos 1980, quando a luta por direitos e por ampliação da cidadania foi protagonizada por grupos sociais organizados, que buscavam fazer valer suas demandas nos espaços instituídos. Naquele momento, a elaboração e a promulgação da Constituição de 1988 contou com a efetiva participação de tais movimentos, que buscaram dar visibilidade, não apenas às suas demandas, mas também, à sua identidade.

Ao trazer à cena pública tais demandas, foram alargadas também as categorias identitárias que informam a ação social. Neste sentido, as singularidades das demandas juvenis ganharam visibilidade, reivindicando um protagonismo na ação política, em que a expressão protagonismo juvenil fez-se presente nas estratégias de organização da juventude no Brasil pós-ditadura (Sposito e Carrano, 2003).

Cabe destacar a importância do protagonismo na organização do Movimento de Meninos e Meninas de Rua, na década de 1980, movimento este que buscou dar centralidade no seu ordenamento a formas de participação e representação em que os meninos fossem os principais atores, ou protagonistas do movimento. Costa (2004) foi um dos primeiros a utilizar a expressão protagonismo infantil no contexto dos movimentos de meninos de rua. Para o autor, o conceito remete à participação de jovens no enfrentamento de situações em seus contextos de desenvolvimento, como a escola, a comunidade e a vida social, objetivando a criação de espaços e condições para a construção de uma identidade pessoal e social. Cabe observar que o autor não diferencia claramente participação de protagonismo.

Cussiánovich Villarán, em documento da Unicef sobre adolescência na América Latina e Caribe, relaciona os termos participação e protagonismo, afirmando que “a formação para a participação como exercício de protagonismo não aponta somente para a conscientização, mas também para a construção de atores sociais” (Cussiánovich Villarán, 2001: 62). Neste sentido, trabalha com o termo participacion protagónica, entendendo-a como participação ativa na vida social. Ao mesmo tempo, o entende como processo formativo a ser exercido a longo da vida adulta. Sugere-se que tal processo deveria ser desenvolvido a partir de três dimensões: organização, expressão e participação (Cussiánovich Villarán, 2001: 78), as quais constituiriam parâmetros para avanços no protagonismo infantil. Observa-se que a expressão carece de precisão. Esta assume mais um sentido de diretriz político-pedagógica que conceito sociológico, em que o autor centra-se nas estratégias de sua promoção, secundarizando seu adensamento epistêmico.

Para alguns autores, o destaque ao papel central dos protagonistas pode tornar opacas as relações intergeracionais que informam as condições para o protagonismo infantil. Como apontam Pires e Branco (2007) o recurso à expressão protagonismo não implica entender que a criança e o adolescente sejam os atores únicos no desenvolvimento da trama social. Adultos são necessariamente atores, em que o protagonismo constitui não um ponto de partida, mas um processo em permanente construção.

Nesse sentido, os parâmetros de análise do protagonismo e sua própria conceitualização deveriam tomar como referência o exercício do poder das crianças diante da sociedade dos adultos, levando em conta as distintas ordens geracionais nas quais as diferentes sociedades se assentam. Ao remetermos às relações intergeracionais que condicionam a agência (ou protagonismo) infantil, estas são informadas por relações hierárquicas de poder, as quais apresentam variações de acordo com o contexto social. Cabe entender que as relações de poder intergeracionais não são estanques, nem rigidamente situadas no polo adulto, ainda que informadas por uma hierarquia. Com tal perspectiva, iremos agora analisar as possibilidades e expressões do protagonismo infantil, no interior de dinâmicas sociais singulares, atravessadas por relações intergeracionais.

3. Protagonismo infantil no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

Em seus trinta e cinco anos de existência, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), um dos principais movimentos sociais no Brasil contemporâneo, expandiu suas ações para quase todo o território brasileiro, organizando assentamentos⁶ centrados num modo de organização coletiva da vida. Junto com os adultos, as crianças estão presentes em todos os momentos da dinâmica da luta pela reforma agrária e no cotidiano das ações coletivas de luta pela terra.

Se as práticas desse movimento social têm como sujeito os diferentes membros das famílias, em que as crianças compartilham com os adultos todo o processo da luta social (Rosseto, 2009), as singularidades da identidade infantil foram demandando, ao longo deste processo histórico, não apenas a construção de um olhar para os direitos da criança (destacadamente por meio do acesso à escola), mas também a proposição de um espaço coletivo de expressão e reflexão sobre/da criança. Por outro lado, a garantia da continuidade do MST ancora-se na formação de novas gerações, que partilhem desta identidade de integrante de um movimento social, a qual ultrapassa a conquista da terra e da moradia.

A partir destas questões, o Movimento foi construindo ações voltadas para as crianças. Destaca-se o investimento na educação escolar, com a progressiva construção de uma pedagogia calcada na singularidade de sua experiência social, a Pedagogia do Movimento Sem Terra (Caldart, 2012). Esta é base para as experiências educativas do MST e aponta o próprio movimento social como espaço e princípio educativo de formação, ou seja, a participação e protagonismo dos sujeitos nas ações do movimento social são processos socioculturais de vivência de novas relações, o que inclui também o protagonismo das crianças.

⁶ Forma de reconhecimento jurídico de legalização da terra ocupada para fins de reforma agrária.

Agrega-se à educação formal um conjunto de iniciativas de educação não formal, evidenciada em produções da cultura infantil (como CDs, Revistas e Jornal das Crianças), na organização de um coletivo que expresse a identidade destes sujeitos e na construção de um espaço educativo destinado às crianças, as Cirandas Infantis.⁷ Criados para possibilitar a participação das crianças e o desenvolvimento de atividades próprias à infância, são espaços não escolares calcados a partir da dinâmica da luta pela terra, estando presente nas marchas, encontros, congressos, reuniões e assentamentos rurais, constituindo a concepção de educação deste movimento social.

A experiência da criança no MST é marcada tanto pela pertença e construção de sua sociabilidade no interior de um movimento social, quanto pela identidade de trabalhador do campo, ambas dimensões fundamentais na construção de sua identidade social. Da realidade concreta vivida por elas, emergem concepções específicas de infância. Especificidades que “são fundamentais com respeito a maneira que concebem a participação e os espaços sociais considerados legítimos para a participação infantil” (Liebel e Saadi, 2012: 128). Nesse sentido, a centralidade do protagonismo no cotidiano e no projeto de formação para a vida adulta, define a experiência de infância no movimento social.

À semelhança de outros movimentos sociais, o protagonismo dos sujeitos constitui um dos eixos articuladores e pilares de sustentação do MST. Neste, tal protagonismo se expressa nas assembleias coletivas, onde são tomadas as decisões de organização e manutenção dos acampamentos e assentamentos, que escolhem os representantes que participam das instâncias regionais e nacionais. Assim é que a centralidade do protagonismo na articulação do movimento reproduz-se nas ações de formação das novas gerações (Costa, 2004).

Alguns trabalhos sobre a infância Sem Terra têm suas análises centradas na participação e protagonismo das crianças a partir das mobilizações infantis e das lutas pelos seus direitos (Ramos e Carvalho, 2018; Nogueira e Santos, 2018). Outras pesquisas tem se centrado nas experiências de educação infantil do MST (Bihain, 2001; Rossetto, 2009; Ramos, 2016), principalmente nas práticas educativas realizadas nas Cirandas Infantis, assim como discussões acerca dos significados e concepções da infância Sem Terra (Correia, 2004; Corso e Pietrobon, 2009) e sobre a proposta de educação do MST (Caldart, 2012).

Tomamos aqui como foco de análise as estratégias de construção do protagonismo das crianças por meio de outras práticas de participação, apresentando o processo de organização e realização do 1º Encontro Nacional das Crianças Sem Terrinhas, realizado na cidade de Brasília. Tal encontro, que contou com cerca de 1200 crianças, entre 7 e 12 anos, de todas as regiões do Brasil, buscou, desde sua elaboração e organização, até realização e documentação, criar mecanismos para propiciar o protagonismo infantil, privilegiando a fala/escuta das crianças, considerando as especificidades das linguagens infantis e as relações de poder/saber que informam as interações adulto/criança.

O protagonismo infantil não constitui um ponto de partida, mas uma construção (Cussiánovich Villarán, 2000). Tal construção dá-se no interior de relações intergeracionais, hierárquica e socialmente definidas. As experiências aqui trazidas permi-

⁷ O nome faz referência à experiência cubana dos Círculos Infantis e a cultura popular brasileira, das danças e brincadeiras infantis (MST, 2004).

tem-nos compreender os desafios na construção do protagonismo na sua concretude a partir da dinâmica de um movimento social.

Realizados desde 1994, foi em um dos primeiros encontros que as crianças começaram a se chamarem umas às outras de Sem Terrinha e desde lá o nome foi assumido em todo o Brasil como Encontro dos Sem Terrinha. A nomeação já indica a perspectiva de conferir protagonismo às crianças, ao mesmo tempo em que revela, na apropriação do uso do diminutivo pelas crianças, um lugar socialmente definido (Sem Terrinha).

De modo geral, observa-se que a organização dos encontros reproduz a dinâmica do movimento adulto, em que as crianças participam das atividades de preparação, discutem as demandas comunitárias e, junto com aqueles, elaboram uma pauta coletiva. Os encontros possuem um caráter de festividade e de luta, onde uma equipe de negociação das crianças discute as pautas e estratégias e definem a forma de interlocução com o poder público.

Verifica-se que os sentidos da jornada de luta das crianças têm em vista não apenas o encontro e formação política das crianças, mas de negociação com o Estado. Neste sentido, cabe chamar atenção para como o protagonismo infantil constitui também estratégia de empoderamento do movimento, na negociação com os poderes institucionalizados do atendimento de suas reivindicações.

A experiência acumulada levou a proposição da organização do 1º Encontro Nacional das Crianças Sem Terrinhas, iniciado dois anos antes de sua realização, onde se estabeleceu uma agenda de mobilização com as crianças em um planejamento conjunto com adultos. A demanda pelo maior protagonismo infantil e pela construção de um evento que considerasse a especificidade da cultura infantil, em suas manifestações e linguagens foi uma questão central, bem como um desafio para os adultos que coordenaram sua organização.

Cabe considerar que no Brasil já havia um histórico anterior de organização de encontros nacionais de crianças, na luta por direitos. O Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua realizou encontros nacionais sucessivos na década de 1990. Segundo Pires e Branco (2007) a reivindicação por uma organização que considerasse as especificidades das manifestações infantis marcou a história de tais encontros, constituindo uma demanda das crianças participantes, diante de um modelo adulto-cêntrico de realização de eventos.

A diretriz tomada pelo Setor de Educação do MST pretendia que toda a organização do Encontro Nacional fosse compartilhada entre adultos e crianças, desde a concepção até as decisões das atividades, oficinas e espaços. Ao longo de 2016 foram realizados encontros regionais com trabalhos focalizados nos assentamentos, nas atividades das Cirandas Infantis e nas escolas, com o intuito de sistematizar as demandas específicas das localidades a fim de perceber demandas mais gerais da infância Sem Terra. Já em 2017, foram realizados encontros estaduais, com foco na organização, na formação e na preparação das crianças para o Encontro Nacional que aconteceria no ano seguinte. No total, “o MST mobilizou mais de dez mil crianças em todo Brasil em preparação ao I Encontro Nacional das Crianças Sem Terrinha” (Ramos e Carvalho, 2018: 05).

Um conjunto de crianças foram escolhidas como representantes e delinearam, em reunião preparatória, uma proposta geral para o Encontro, a qual seria levada aos assentamentos e discutidas com as outras crianças representadas, para posterior fechamento da programação. Além disso, foram realizados estudos e debates coletivos

para a construção das diversas versões do Manifesto das Crianças Sem Terrinha, manifesto este lido em uma das plenárias do Encontro Nacional e entregue ao Ministro da Educação da época.

Pode-se observar um expressivo investimento do Movimento em potencializar o protagonismo das crianças, garantindo sua representatividade, característica que define também o movimento adulto, fundado na horizontalidade das ações. Não se pode desconsiderar a intenção formativa do exercício do protagonismo infantil no desenvolvimento de ações políticas. A preparação e a realização deste evento tinha em vista também garantir a continuidade do movimento, através da formação das crianças e da construção de um vínculo coletivo. Evidencia-se, assim, a maneira como as relações intergeracionais operam diante das possibilidades do protagonismo infantil. Ainda que o movimento social reconheça as crianças como sujeitos protagonistas, são conformadas relações de poder entre os polos adulto-criança, nas quais as demandas e as práticas de participação das crianças são construídas nas dinâmicas sociais singulares vividas no interior do movimento social.

Uma das intenções da reunião preparatória era, também, criar condições para que as crianças pudessem coordenar o Encontro Nacional. Diante das profundas transformações no contexto sócio político, em que a organização do evento e sua realização foram diretamente impactados pelos processos de impeachment da presidenta eleita, a participação efetiva das crianças como coordenadoras ao longo de toda organização do evento foi comprometida. Assim é que as decisões finais sobre programação e pormenores para a realização do Encontro foram de responsabilidades exclusiva dos adultos.

A coordenação pedagógica do Encontro Nacional desenhou estratégias para garantir o protagonismo das crianças no evento e decidiu que todos os dias e espaços seriam coordenados e mediados pelas crianças. Da mesma maneira, as diversas tarefas do Encontro foram divididas entre adultos e crianças, a fim de que as decisões e ações fossem tomadas em um processo conjunto, através de reuniões diárias de planejamento e avaliação. A programação buscou atender às temáticas sugeridas pelas crianças e as ações de registro e documentação tiveram efetiva participação infantil.

A programação diária se dividia entre: café da manhã, plenária, almoço, atividades formativas (oficinas e grupo de estudos) e jantar, seguido por atividades culturais. Uma dupla de crianças coordenava o dia de atividades durante o Encontro. A função de coordenar o dia correspondia em apresentar no palco e no microfone: a programação, as discussões a serem realizadas em plenária, assim como os artistas convidados para as atividades culturais. Além disso, as crianças ocuparam todos os papéis de mediação com os convidados oficiais de representantes do governo federal, organizações apoiadoras e entidades internacionais que estiveram presentes durante os dias do Encontro. Havia crianças destacadas para participarem de entrevistas públicas à mídia local e internacional, assim como representantes infantis que coordenaram a visita das crianças ao Ministério da Educação, onde entregaram ao ministro o Manifesto das Crianças Sem Terrinhas.

Outro ponto interessante sobre o protagonismo infantil no evento se refere à demanda das crianças por desenvolvimento de atividades lúdicas no decorrer do mesmo, que se centraram em: apresentações teatrais, shows, brincantes, espetáculos de mamulengos, mágicos e palhaços. Ainda, o evento contou com três espaços físicos dedicados as linguagens artísticas: literatura, artes plásticas e cinema.

As crianças presentes na reunião preparatória discutiram e listaram uma série de oficinas e brincadeiras que gostariam que estivessem presentes durante o evento. As brincadeiras aconteceram durante todos os momentos do Encontro, entre as crianças, de maneira livre, ou mediadas por algum/a educador/a.

Foram realizadas mais de trinta oficinas culturais, dentre elas as de artesanato, teatro, danças, capoeira, construção de pipas, poesia, pintura e contação de histórias, confecção de brinquedos, fotografia, rádio, etc. Algumas delas propiciaram que as crianças produzissem faixas, cartazes e ornamentos que foram utilizados na visita das crianças a Esplanada dos Ministérios em Brasília. Outras oficinas possibilitaram a criação de músicas, danças e esquetes teatrais que foram apresentadas nos palcos do Encontro. Percebe-se uma busca em atender às demandas coletivas apresentadas pelas crianças, conferindo legitimidade ao protagonismo infantil, no que tange à especificidade das diversas linguagens da infância e formas de interpretar o mundo social.

As temáticas definidas pelas crianças que estiveram no Encontro Nacional mostram que o protagonismo infantil se insere, também, nos debates travados junto aos adultos nas diferentes realidades locais. Temas relativos aos direitos da criança, tais como direito à educação e à escola no/do campo; direito à alimentação saudável e sem agrotóxico; questões de gênero e sexualidade; direito a acesso e produção da cultura popular; e direito à agroecologia, foram trabalhados no Encontro, uma vez que se trata de temáticas que emanam da própria vida e da luta que compartilham com os adultos.

Outra estratégia de desenvolvimento do protagonismo infantil no decorrer do evento foi a participação das crianças no setor de comunicação, na coprodução de textos e materiais audiovisuais. Um coletivo de vinte crianças de diversas regiões do Brasil se dividiram entre as diversas tarefas de: fotografia, filmagens, entrevistas, produção e edição de vídeos, produção do programa da Rádio Sem Terrinha e produção da edição especial do Jornal das Crianças Sem Terrinha. Assim, buscou-se registrar o Evento tanto para as crianças do Movimento, quanto para a divulgação para o público externo (MST, 2018).

Tais ações de protagonismo infantil não ocorreram sem dificuldades, limites e contradições. Por muitas vezes, as relações de poder intergeracionais se interpuseram e sobressaíram as decisões dos adultos. Da mesma forma, as crianças encarregadas da coordenação diária apresentaram dificuldades em ocupar um lugar de fala em uma plenária, já que não tinham experiência anterior neste tipo de prática discursiva, ocasionando por muitas vezes a intervenção dos adultos presentes. Observa-se, assim, a tensão na apreensão pelo adulto das diversas linguagens infantis e o risco do protagonismo ser compreendido como mimetização das expressões do protagonismo adulto.

A descrição aqui apresentada indica que, embora o desenvolvimento do protagonismo infantil fosse um dos objetivos do evento, este assumiu, por vezes, um caráter formal e adultocêntrico, refletido em momentos ritualizados ou voltados para a apresentação diante de atores sociais externos ao movimento. Em certos aspectos, o evento reproduziu as dinâmicas do movimento adulto, ao centrar-se em atividades plenárias, dificultando a real manifestação e escuta das crianças. Da mesma maneira, na sistemática de construção do Manifesto das Crianças Sem Terrinhas, o protagonismo infantil foi confrontado pelos modos adultos de expressão e uso da linguagem, o que se expressou no seu produto final como um documento escrito, nublando as diferentes linguagens e formas de interpretar o mundo social das crianças.

Essas questões indicam a importância não apenas da escuta das demandas das crianças, mas de considerar as diferenciações nas linguagens e formas de atuação na vida social entre crianças e adultos. Como aponta Liebel (2012) em sua análise dos movimentos de crianças trabalhadoras na América Latina, as formas de comunicação das crianças são mais pragmáticas e menos discursivas, aliando lazer e reflexão. Neste sentido priorizam a agilidade, sem desconsiderar a eficácia. Tal questão é também apontada por Pires, no seu resgate dos congressos dos meninos de rua no Brasil, em que os participantes registraram críticas quanto ao excessos de discursos e ausência de atividades lúdicas.

De modo geral, o protagonismo infantil no interior dos movimentos sociais nos coloca os desafios e possibilidades de sua efetivação, numa sociedade centrada nas expressões e nas manifestações do mundo adulto, que reduzem o espaço para as manifestações infantis. No entanto, cabe considerar o avanço na construção de relações horizontais de participação, desde o levantamento de demandas, planejamento, organização, discussão das pautas, atividades, decisões coletivas e coordenação, até as tarefas do encontro realizadas pelas crianças ou compartilhadas entre adultos e crianças. O Encontro dos Sem Terrinha, coloca em evidência práticas de participação e experiências de protagonismo infantil, ao mesmo tempo em que nos provoca repensar esses conceitos e reconstruí-los a partir das ações disruptivas experienciadas pelas crianças no interior de relações intergeracionais no movimento social.

4. Protagonismo infantil nas práticas sociais de uma ocupação urbana

As ocupações urbanas consistem em um movimento de resistência organizado por famílias excluídas do direito à moradia e que, com o suporte de outros movimentos de luta pela moradia, se constituem enquanto coletivo de luta, assumindo outra forma de produção do espaço e de reprodução da vida cotidiana. Esse fenômeno tem sido experienciado nas grandes cidades brasileiras na última década, seja na ocupação de prédios vazios nos centros urbanos ou de lotes desocupados na periferia, conforme registram uma série de trabalhos (Morado Nascimento, 2016).

Diferentemente das favelas brasileiras, que constituíram uma ocupação paulatina e desorganizada da periferia nas grandes cidades pelas classes mais excluídas em um dado momento, as ocupações urbanas se destacaram pela ação planejada e estruturada, por meio da ação de outros movimentos sociais e dos próprios moradores, carregando consigo um discurso que ultrapassa o problema habitacional *per se*, mas reforça uma oposição política ao *status quo* (Lourenço, 2017). São diversos os movimentos sociais de luta pela moradia que têm atuado juntamente das ocupações urbanas ao redor do Brasil. Dentre eles se destacam: na década de 1980, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST); na década de 1990, o Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN); nos anos 2000, as Brigadas Populares.

Os movimentos organizados por moradia urbana mais recentes na trajetória do país dialogam com as estratégias dos movimentos do campo, como é o caso do MST. Contudo, diferentemente destes, não carregam um movimento de crianças no interior do coletivo, ainda que a presença delas seja destacada dentre as famílias. Assim, pesquisa sobre as infâncias em tais movimentos são bem menos presentes que aquelas que se debruçaram sobre os movimentos de ocupação do campo.

Pruijt (2013) evidencia que a organização de famílias em ocupações motivadas pela privação de direitos em contextos urbanos é histórica e não se limita à realidade dos países do Sul Global. O autor menciona como, nos anos 1960, na Holanda, somente as pessoas casadas com filhos eram consideradas desabrigadas, enquanto os demais eram considerados merecedores da sua condição. Ainda, remete ao movimento iniciado no Reino Unido, em 1969, em que ativistas iniciaram ações de ocupação em casas que haviam sido retiradas do estoque regular de alugueis para atender às famílias sem moradia. Seus estudos ressaltam como a família tornou-se, portanto, o cerne da mobilização social no movimento das ocupações, mesmo naqueles que se misturam a pautas contemporâneas libertárias.

Rai *et al.* (2016) estudaram ocupações formadas por famílias de imigrantes ilegais, levadas a permanecer em um estado de privação de direitos. Seu projeto explorou a resiliência educacional das crianças de uma ocupação na cidade de Katmandu, no Nepal. Os autores apontam que as más condições sanitárias, a fome e o baixo nível de escolaridade dos pais e de renda contribuem para a geração de um ambiente desfavorável ao aprendizado infantil. Contudo, observaram como o esforço de consolidação de uma rede protetiva, formada por escola, família e comunidade, é capaz de romper com essa lógica e criar oportunidades para as crianças. Dentre os transbordamentos para a autonomia infantil, ressaltam: a motivação e autoconfiança das crianças, o fortalecimento de responsabilidades sobre as tarefas domésticas, e o desenvolvimento de habilidades de socialização.

Cabe ressaltar que poucas foram as pesquisas concluídas com crianças de ocupações urbanas recentes no Brasil. Gobbi (2016) defende que a pesquisa da infância vivida nas ocupações pode colaborar para alimentar a controvérsia em torno da concepção da autonomia e participação das crianças, contrapondo-se ao viés ocidental que predominou nos estudos da infância. Segundo a autora, a presença das crianças implica em uma modificação do tempo e das relações com os espaços ocupados, o que possibilita outros modos de olhar e de vivenciar esses espaços. Sobre a relação das crianças com o movimento social, embora muito se tenha falado sobre os movimentos de ocupação, pouco se debruçou para observar e descrever a criança enquanto participante do mesmo.

O trabalho de Santos (2017) traz elementos para compreender a infância nas ocupações. A autora destaca a presença de uma autoafirmação enquanto “moradoras de ocupação” presente nos discursos das crianças; o princípio do cuidado estabelecido entre elas e o espaço ocupado; a identidade de pertencimento ligada às pessoas que convivem na ocupação, mais do que pelas características espaciais propriamente ditas; dentre outros. Santos (2017) enfatiza, ainda, as dimensões de gênero e raça presente nas ocupações, uma vez que a maior parte das famílias são monoparentais e chefiadas por mulheres negras. Esse é um aspecto, também, abordado por Isaías (2017). Embora tais autoras deem destaque a esta questão, a interseccionalidade de gênero, raça e classe nos estudos sobre as crianças das ocupações são ainda incipientes.

No que tange ao protagonismo infantil, Veloso (2018) discorre sobre a participação de crianças e jovens enquanto sujeitos políticos na construção coletiva das cidades. Para tanto, parte de estudos de caso sobre a participação de crianças em práticas de planejamento e gestão urbana no Brasil, o que inclui a experiência de campo em uma ocupação urbana. A autora conclui pela necessidade de reafirmação do papel propositivo da criança como um direito e defende a concepção de territórios pedagógicos, como no caso das ocupações urbanas.

Por sua vez, Martins e Leão (2018) trataram da participação de jovens militantes e moradores de uma ocupação, que traziam para o movimento o aprendizado de sua experiência coletiva em ações por direitos e pela vida. Segundos os autores, a vida na ocupação permitiu o envolvimento de alguns jovens em processos formativos, por meio da circulação e pelo intercâmbio com outros territórios e formas de sociabilidade, presentes em uma rede de coletivos e da militância. Desse modo, foi possível reivindicar o sentimento de autonomia perante as formas tradicionais de expressão.

Iremos refletir aqui sobre a questão do protagonismo infantil no interior dos movimentos de ocupação urbana a partir da centralidade da argumentação de defesa dos direitos da criança no processo jurídico de defesa da ocupação. Tomamos como referência alguns apontamentos sobre a luta pela posse do terreno das Ocupações da Izidora, localizadas ao norte do município de Belo Horizonte, no Brasil. Assim, iremos analisar como o recurso ao discurso da vulnerabilidade da infância e dos direitos da criança assume um protagonismo na construção argumentativa dos moradores da ocupação.⁸

A cidade de Belo Horizonte, situada na região sudeste e terceira capital do país em termos econômicos, abriga uma população estimada de 2,5 milhões de habitantes. Nos anos 2000, a formação de um conjunto de ocupações de terrenos vazios em regiões periféricas da cidade fez ressurgir os processos de mobilização social na luta pela moradia. Desde então, o movimento das ocupações urbanas se fortaleceu, multiplicando-se em diversos outros assentamentos na cidade e em sua região metropolitana, chegando a mais de 20 ocupações, segundo levantamentos recentes (Libânio e Morado Nascimento, 2016).

Como parte desse processo, entre os meses de maio e julho de 2013, três ocupações irregulares se instalaram na Região da Izidora: Rosa Leão, com 1.500 famílias, Esperança, com 2.000 famílias, e Vitória, com 4.500 famílias, conforme dados enunciados pelo movimento. Sua origem se deu em uma conjuntura de luta na cidade que se destaca pela rede de apoio que se formara a partir das demais ocupações, mas também, pelo fortalecimento da mobilização social incitado pelas manifestações populares que se deram em diversas cidades do Brasil durante o mês de junho de 2013, conforme ressaltam Morado Nascimento (2016) e Maricato (2013).⁹ As Ocupações da Izidora ocorreram em território periférico da cidade, que sofreu processo recente de valorização imobiliária, impulsionado por investimentos públicos. Nesse quadro, o movimento assumiu destaque na mídia, o que colaborou para ampliar sua rede de apoio e resistência.

A maior parte do terreno da Ocupação Izidora consiste em propriedade privada, de modo que os moradores eram constantemente ameaçados de despejo. Dentre as diversas abordagens que atemorizava as famílias, em meados do ano de 2014, se destacou a presença de helicópteros sobrevoando o local, com distribuição de panfletos, que atribuíam ao movimento de resistência a responsabilidade pela segurança de mulheres grávidas, idosos, crianças e portadores de necessidades especiais morado-

⁸ Esta sessão do texto está baseada em dados parciais de pesquisa de doutorado em andamento que tem como objetivo compreender como se estabelecem as relações intergeracionais no interior de uma ocupação urbana.

⁹ Tais manifestações surgiram impulsionadas pelo aumento da tarifa do transporte público em São Paulo e sofreram sucessivos deslocamentos, não apenas em termos da composição sócio-política dos manifestantes, mas também, das pautas de luta, de modo que o movimento foi sendo apropriado por forças políticas de direita, culminando no impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores.

res das ocupações. Na ocasião, a disputa judicial pela posse do terreno pendia para sua reintegração, o que implicaria no despejo das famílias.

Elementos da trajetória das famílias da Izidora apontam para a presença do protagonismo infantil, ainda que, na maioria das vezes, apoiado no discurso da vulnerabilidade da criança. Muitas das precariedades presentes no discurso e na vida cotidiana dos moradores das ocupações remetem à prioridade dos atendimentos e da garantia dos direitos às crianças e às mulheres. É interessante destacar como, mesmo diante das precariedades e contradições, há um forte apelo no discurso dos participantes do movimento na defesa dos direitos da criança, assim como ocorreu nos movimentos de luta pró-creche no Brasil. No cenário de urbanização da região que se vislumbra, é provável, portanto, que muito dos serviços públicos essenciais para as famílias ocupadas cheguem prioritariamente para atender às crianças.

Para exemplificar, destacam-se os depoimentos de alguns moradores em audiência pública. Na ocasião, foram denunciadas diversas limitações de acesso a serviços e direitos, a saber: a exclusão dos cuidados no sistema de saúde pública devido à ausência de comprovante de residência, incluindo o desatendimento a mulheres grávidas, para as quais teria sido recusado o direito ao tratamento do Pré-Natal; a já mencionada dificuldade de matricular as crianças nas escolas; a impossibilidade de algumas mães entrarem no Programa Bolsa Família, programa nacional de transferência de renda às famílias; a dificuldade em cumprir com os afazeres diários fora das ocupações, inclusive o trabalho, pela necessidade em manter a vigília à casa ameaçada de despejo; além de outros constrangimentos causados pelas ações da Polícia Militar em atos e manifestações.

Conforme Alanen (2009), o protagonismo infantil não pode ser compreendido fora das relações intergeracionais, com maior ênfase na questão de gênero. Para a autora, as categorias gênero e geração, ambas relacionais, ajudam a compreender as diferentes posições ocupadas pelas crianças e pelos adultos em espaços públicos e privados. Assim, na medida em que os moradores evocam a figura da criança, da mulher grávida e da mãe para fazer referências às privações sofridas no âmbito das ocupações, reforça-se o discurso dos direitos da criança como estratégia de garantia do direito à moradia pelas famílias, o que não se dá sem que se considere as relações adulto-criança e o aspecto central que o gênero ocupa nelas.

Em um quadro de iminência do despejo das oito mil famílias, pressionadas pela proporção que o movimento de resistência das Ocupações da Izidora havia tomado na mídia e nas redes sociais, as autoridades locais construíram um canal institucional de diálogo e negociação entre o poder público, os movimentos sociais e moradores das ocupações, com o objetivo de prevenir, mediar e solucionar de forma justa e pacífica os conflitos fundiários. Demais instituições voltadas às políticas pelos direitos humanos solicitaram à Polícia Militar que esperasse as deliberações da mesa de negociação estabelecida antes do cumprimento da reintegração de posse, a fim de assegurar a segurança e os direitos fundamentais das crianças das ocupações.

Em 13 de agosto de 2014, data para a qual estava oficialmente marcado o despejo das Ocupações, um juiz da Vara Cível da Infância e Juventude expediu liminar suspendendo o cumprimento da ordem de reintegração. A justificativa foi que a Prefeitura de Belo Horizonte não havia realizado um Plano de Alocação Escolar, que garantiria o direito à educação, transporte e alimentação escolar das crianças e dos adolescentes que seriam despejados, à luz do disposto no artigo 4 do Estatuto da

Criança e do Adolescente - ECA, marco legal brasileiro que preconiza a doutrina da proteção integral às crianças.

Essa rara ação no sistema judiciário, de sobrepor os direitos da criança ao direito de propriedade da terra, elucida o protagonismo infantil no processo de resistência das ocupações urbanas. O discurso da vulnerabilidade da criança, aliado ao discurso de defesa de direitos da criança, emergiu, portanto, como estratégia de resistência, que extrapola o direito à moradia. O direito à educação, garantido pela Constituição Federal de 1988, foi fundamental na efetivação do direito à moradia, e se esbarra no direito ao lazer, à alimentação saudável e à participação. Por outro lado, esse mesmo discurso traz à tona a ideia da criança como sujeitos de direitos, conforme preconizado no ECA.

Observa-se com esse episódio como o protagonismo infantil se constituiu a partir das relações estabelecidas com os demais atores inseridos no processo de resistência, como suas famílias, a vizinhança, os movimentos sociais, as instituições jurídicas e acadêmicas, dentre outras. Para além da centralidade da criança na construção de discursos de resistência, o movimento de ocupação do território urbano, à semelhança dos movimentos de ocupação do campo, têm como sujeito as famílias, envolvendo adultos e crianças nas diferentes ações relacionadas, desde a ocupação propriamente dita, ao trabalho de organização do espaço e da construção de moradias, que se dá em um processo coletivo e orgânico, definido pelo movimento em assembleias deliberativas.

O caráter coletivo do movimento confere às práticas cotidianas vivenciadas pelas crianças um sentido diverso de um bairro de classe mais baixa ou de vilas e favelas. Para além dos desafios enfrentados já mencionados, destaca-se: a falta de fornecimento de água e luz, instaladas nas casas de maneira clandestina e interrompidas constantemente pelas empresas fornecedoras; as dificuldades em obter a matrícula escolar; o *bullying* sofrido nas escolas, com acusações de se tratar de uma família de “ocupantes”; além da ameaça de despejo, em seus diversos métodos invasivos. Aqui, novamente, as figuras da mulher e da criança assumem centralidade.

A criança assume seu protagonismo na vida cotidiana das ocupações tanto pela presença constante nas ações de mobilização e luta das ocupações, como no exercício de apropriação dos espaços marcado pela especificidade infantil. Nas Ocupações da Izidora, por exemplo, o movimento social estima a presença de cerca de dez mil crianças e adolescentes. Não é possível obter informações exatas sobre a demografia local, uma vez que muitas informações são ocultadas pelo movimento social por questões de segurança dos moradores. De todo modo, em visitas às ocupações em geral, percebe-se a presença maciça de domicílios ocupados por famílias monoparentais chefiadas por mulheres e com filhos.

O impacto desse contexto nas relações intergeracionais, sob a perspectiva do protagonismo infantil, pode ser mais bem apreendido a partir da história de vida de uma das lideranças locais de uma ocupação. Desde pequena, ocupou um terreno vazio próximo à região que hoje mora, juntamente com sua mãe e os nove irmãos, onde moravam em uma barraca de lona pequena demais para o número de pessoas e em condições precárias.

Segundo a liderança, depois de 27 anos e sofrendo com o que os moradores expressam de “cruz do aluguel”, após não suportar mais a falta de privacidade morando com a mãe, resolveu participar da Ocupação Rosa Leão. Quando o movimento social coordenou um processo de definição de lideranças locais, esta moradora se

candidatou e ganhou o título. Segundo ela, assumir esse papel se deveu muito à sua personalidade, que sempre tomou a frente das decisões, enquanto ninguém se mobiliza. Destacou, ainda, a importância de iniciativas como um curso de formação política para jovens e crianças, que estava sendo realizado na ocasião da entrevista: “Eles serão adultos bem formados e seguros dos direitos que têm, e aí vai fazer diferença, muita diferença”, diz.

Percebe-se uma estreita relação entre a inserção da moradora enquanto liderança nas ocupações e o fortalecimento de uma consciência política com relação a seus direitos. Expressão disso é que, atualmente, compõe a equipe de assessoria das representantes do Poder Legislativo Municipal de um movimento progressista, o qual busca manter um diálogo com as lutas populares da cidade. Assim, sua trajetória provoca uma reflexão sobre a influência que o processo de formação vivido na prática de resistência e na luta política de uma ocupação urbana pode exercer também sobre as crianças ocupantes.

Dentre os aspectos peculiares na vida em uma ocupação levantados pela moradora, se destacam: a recuperação diante de problemas de saúde, como depressão; o espírito de gentileza, solidariedade e companheirismo da comunidade, na qual todos cuidam de todos, o que garante, também, maior segurança; o contato direto com a natureza, possibilitando lazer e uma alimentação mais saudável devido às plantações; mais liberdade para as crianças brincarem e se deslocarem. Desse modo, o cotidiano vivido pelas crianças da ocupação se diferencia em diversos aspectos das outras infâncias que se desenrolam no ambiente urbano, desde a presença constante em assembleias e manifestações, até a maior liberdade para circular e brincar no território. Tais distinções configuram, também, em diferentes condições de exercerem seu protagonismo nas relações intergeracionais em que se inserem.

A agência das crianças na ocupação toma formas peculiares que extrapolam a dimensão do direito à moradia e que informam a demanda pelo direito a presença nos espaços públicos, pelos quais elas circulam, brincam e interagem. Essa relativa autonomia da criança na ocupação, ainda que circunscrita, confere oportunidades de apropriação do espaço, de convivência com crianças de diferentes idades e de experiências com práticas lúdicas e de lazer, de modo a estender a luta dando visibilidade aos direitos das crianças em sua vida cotidiana na cidade.

Ainda que diferentes noções de infância sejam acionadas em determinados discursos, conforme o contexto, muitas vezes, se dão sob uma perspectiva adultocêntrica. Contudo, o exemplo das ocupações urbanas permite revelar que a apropriação do discurso da criança como sujeito de direitos enquanto estratégia política de resistência não elimina as possibilidades de observar outras formas de relações intergeracionais que tensionam a dicotomia entre proteção e autonomia.

5. Considerações finais

Retratamos aqui algumas experiências de participação e protagonismo das crianças em um evento nacional das crianças Sem Terrinha e do protagonismo do discurso dos direitos da criança nas estratégias de legitimação do movimento de luta por moradia na cidade de Belo Horizonte. A presença e a agência dessas crianças no interior desses diferentes movimentos interrogam as representações hegemônicas de participação da infância na vida social, à luz da vivência e das relações com adultos,

ajudando-nos a compreender novas formas de participação e protagonismo *from below*, como nos provoca Liebel (2012).

As condições e limites do protagonismo infantil no interior dos movimentos sociais contemporâneos informam a complexidade das condições de vida dessas crianças e da trama de relações alteritárias no interior de movimentos organizados. No caso dos Sem Terrinha o protagonismo é legitimado a partir da criação de instâncias diretas de escuta e do planejamento de uma sistemática de participação da criança que dialoga, embora não sem tensões, com as linguagens infantis. No caso do movimento de luta por moradia, confere-se uma centralidade aos direitos da infância na pauta política como um argumento fulcral nas reivindicações do movimento, sendo tal aspecto sustentado pela doutrina da proteção integral, preconizado pelo marco legal brasileiro.

Outro elemento que merece destaque é o fato de que, em ambos os casos, a inserção no núcleo familiar conforma a sociabilidade das crianças nos movimentos. Em muitas atividades, as crianças estão acompanhadas por seus familiares que autorizam, limitam ou incentivam as ações das crianças, circunscrevendo fronteiras na participação infantil. Nesse sentido, as ideias de agência ou o protagonismo das crianças necessitam ser qualificadas no interior de uma ordem geracional, uma vez que essa agência é objeto de negociações e constrangimentos (Punch, 2016b). Ainda assim, a criança assume seu protagonismo, tanto pela presença constante nas ações de mobilização e luta, como no exercício de apropriação dos espaços, marcada pela especificidade infantil, ainda que, em alguns casos, reproduzindo formas e lógicas adultas.

A forte dimensão formativa presente nas ações coletivas de movimentos sociais ancora-se na expectativa de exercício de cidadania pelas novas gerações. Crianças e adultos partilham dessa identidade de integrante de movimentos sociais que ultrapassa a conquista da terra e da moradia, mas que tem o território, como trama da experiência simbólica e cenário da luta. Tais processos de formação, vividos na prática de resistência e na luta política e experimentados nos dois movimentos, também resultam em aproximações dos mundos adultos e infantil e conformam um protagonismo circunscrito ou um co-protagonismo (Liebel, 2012) nas ações de luta por direitos.

Nesse sentido, a experiência das crianças em ambos os movimentos também interroga os estudos da infância no desafio epistemológico e ontológico de apreensão dos conceitos de protagonismo, participação e agência. Tais noções se assentam na ideia da criança competente não só nos seus mundos, mas também nos mundos adultos (Honig, 2009). Acreditamos que uma abordagem interdisciplinar possa colaborar na apreensão das tensões das relações entre criança-adulto, estrutura-agência, local-global presentes no exercício do protagonismo das crianças em movimentos sociais.

6. Referências bibliográficas

- Alanen, L. (2009). Generational Order. Em J. Qvortrup et al. (Org.), *The Palgrave Handbook of Childhood Studies* (pp. 159-174). Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- Bihain, N. M. (2001). *A trajetória da educação infantil no MST: de ciranda em ciranda aprendendo a cirandar*. Dissertação de mestrado inédita. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

- Caldart, R. S. (2012). *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. São Paulo: Expressão Popular.
- Correia, L. O. (2004). *Os filhos da luta pela terra: as crianças do MST. Significados atribuídos por crianças moradoras de um acampamento rural ao fato de pertencerem a um movimento social*. Dissertação de mestrado inédita. Universidade Federal de Minas Gerais: Belo Horizonte.
- Corso, R. F., Pietrobon, S. R. G. (2009). A Infância no MST: Um estudo sobre as concepções de infância presentes no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Em *Anais do IX Congresso Nacional de Educação – EDUCENDE*. Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- Costa, A.C.G. da (2004). *O adolescente como protagonista*. Associação Brasileira Para o Desenvolvimento de Lideranças.
- Cussiánovich Villarán, A. (2000). Protagonismo, participación y ciudadanía como componente de la educación y ejercicio de los derechos de la infancia. Em *Historia del pensamiento social sobre la infancia*. Lima: Universidad Nacional Mayor de San Marcos, Fondo Editorial de la Facultad de Ciencias Sociales.
- Esser, F. Neither ‘thick’ nor ‘thin’: Reconceptualising childhood and agency relationally. Em F. Esser, M. S. Baader, T. Bertz, B. Hungerland (Org.) (2016), *Reconceptualizing agency and childhood: new perspectives in childhood studies*. London: Routledge, 48-60.
- Ferretti, C. J., Zibas, D. M. L., Tartuce, G. L. B. P. (2004). Protagonismo juvenil na literatura especializada e na reforma do ensino médio. *Cadernos de Pesquisa*, 34, 411-423.
- Gaitán Muñoz, L., Liebel, M. (2011). *Ciudadanía y derechos de participación de los niños*. Madrid: Síntesis.
- Gobbi, M. A. (2016). Ocupações e infância: crianças, luta por moradia e culturas infantis na cidade de São Paulo. *Crítica Educativa*, 2(2), 9-24.
DOI: <http://dx.doi.org/10.22476/revcted.v2i2.93>.
- Hart, J. (2007). Empowerment or frustration? Participatory programming with young Palestinians. *Children, Youth and Environments*, 17(3), 01-23.
- Honig, M. (2009). How is the child constituted in Childhood Studies? Em J. Qvortrup, W. A. Corsaro, M. Honig (Org.), *The Palgrave Handbook of Childhood Studies* (pp. 62-77), Hampshire: Palgrave Macmillan.
- Isaías, T. L. S. (2017). *Mulheres em luta: feminismo e direitos das Ocupações da Izidora*. Dissertação de mestrado inédita. Universidade Federal de Minas Gerais: Belo Horizonte.
- Lansdown, G. (2001). *Promoting children's participation in democratic decision-making*. Italy: Arti Grafiche Ticci.
- Leonard, M. (2016). *The sociology of children, childhood and generation*. London: Sage.
- Liebel, M. (2012). *Children's Rights from Below. Cross-Cultural Perspectives*. Londres e Nova Iorque: Palgrave Macmillan.
- Liebel, M., Saadi, I. (2012). La participación infantil ante el desafío de la diversidad cultural. *Desacatos*, (39), 123-140. DOI: <https://doi.org/10.29340/39.244>.
- Lourenço, T. C. B. (2017). Ocupações urbanas em Belo Horizonte: conceitos e evidências das origens de um movimento social urbano. *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo (PU-CMG)*, 24, 182-217. DOI: <https://doi.org/10.5752/p.2316-1752.2017v24n35p182>.
- Marchi, R., Sarmiento, M. J. (2017). Infância, Normatividade e Direitos das Crianças: Transições Contemporâneas. *Educação e Sociedade*, 38(41), 951-964. DOI: <https://doi.org/10.1590/es0101-73302017175137>.
- Maricato, E. (2013). “É a questão urbana, estúpido!” Em E. Maricato et al. (Orgs.), *Cidades rebeldes* (pp. 19-26). São Paulo: Boitempo/Carta Maior.

- Martins, F. A. S., Leão G. (2018). De pé no chão: experiências de jovens militantes em uma ocupação urbana. Em S. A. de Miranda, N. L. Gomes (Org.) (2018), *Diálogos entre sujeitos, práticas e conhecimentos* (p. 39-57). Belo Horizonte: Mazza Edições.
- Morado Nascimento, D. (2016). As políticas habitacionais e as ocupações urbanas: dissenso na cidade. *Cadernos Metrópole*, 18(35), 145-164. DOI: <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2016-3507>.
- Morado Nascimento, D., Libânio, C. (2016). *Ocupações urbanas na Região Metropolitana de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Favela é Isso Aí.
- MST (2018). *Sem Terrinha em Movimento: corações e mentes da comunicação popular* (em linha). <http://www.mst.org.br/2018/07/26/sem-terrinha-em-movimento-coracoes-e-mentes-da-comunicacao-popular.html>.
- Nogueira, C. G. de M., Santos, I. M. N. dos (2018). A participação política da criança no movimento sem terra: entrevistando a militante Kamila Karine dos Santos Vanderley. *Temáticas*, 26(51), 119-148.
- Pilloti, F. (2000). *Globalización y convención sobre los derechos del niño: el contexto del texto*. Nova Iorque: Unesco, 2000.
- Pires, S. F. S., Branco, A. U. (2007). Protagonismo infantil: co-construindo significados em meio às práticas sociais. *Paidéia*, 17(38), 311-320. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0103-863x2007000300002>.
- Pruijt, H. (2013). The Logic of Urban Squatting. *International Journal of Urban and Regional Research*, 37.1, 19-45. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1468-2427.2012.01116.x>.
- Punch, S. (2016). Cross-world and Cross-disciplinary Dialogue: A More Integrated, Global Approach to Childhood Studies. *Global Studies of Childhood*, 6(3), 352-364. DOI: <https://doi.org/10.1177/2043610616665033>.
- Punch, S. (2016b). Exploring Children's Agency across Majority and Minority World Contexts. Em F. Esser, M. Baader, T. Betz, E. Hungerland, E. (Org.), *Reconceptualising Agency and Childhood: New Perspectives in Childhood Studies* (pp. 183-196). London: Routledge.
- Qvortrup, J., Corsaro, W. A., Honig, M. (Org.) (2009). *The Palgrave Handbook of Childhood Studies*. Hampshire: Palgrave Macmillan.
- Rai, I. M., Luitel, B. C., Suresh Gautam, Pant, B. P., Santosh Gautam. (2016). Educational Resilience of Urban Squatter Children in Kathmandu. *Journal of Education and Research*, Joint Issue 5.2 & 6.1, 49-68. DOI: <https://doi.org/10.3126/jer.v5i0.15730>.
- Ramos, M. M. (2016). *Educação, trabalho e infância: contradições, limites e possibilidades no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra*. Dissertação de mestrado inédita. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação: Campinas.
- Ramos, M. M., Carvalho, E. das D. (2018). *A ocupação da infância no MST, em Anais do Colóquio Internacional Crianças e Territórios de Infância*. Brasília: Faculdade de Tecnologia, Campus Universitário Darcy Ribeiro.
- Rosemberg, F., Mariano, C. L. (2010). A Convenção Internacional Sobre os Direitos da Criança: Debates e Tensões. *Cadernos de Pesquisa*, 40, (141), 693-728. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0100-15742010000300003>.
- Rossetto, E. R. A. (2009). *Essa ciranda não é minha só, ela é de todos nós: a educação das crianças sem terrinha no MST*. Dissertação de mestrado inédita. Universidade Estadual de Campinas: Campinas.
- Santos, E. L. dos. (2017). *Ocupação Santa Maria: conflitos, infâncias e brincadeiras*. Dissertação de mestrado inédita. Universidade Federal de Sergipe: São Cristóvão.
- Shröder, R. (1995). *Kinder reden mit. Beteiligung an Politik, Stadtplanung und Stadtgestaltung*. Weinhein y Basel: Beltz.

- Sposito, M., Carrano, P. C. (2003). Juventude e políticas públicas no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, (24), 16-39. DOI: <https://doi.org/10.1590/s1413-24782003000300003>.
- Spyrou, S. (2018). *Disclosing Childhoods: Research and Knowledge Production for a Critical Childhood Studies*. Basingstoke: Palgrave Macmillan UK.
- Tobin, J. (2013). Justifying Children's Rights. *The International Journal of Children's Rights*, 21 (3), 395-441. DOI: <https://doi.org/10.1163/15718182-02103004>.
- Touraine, A., Thurler, A. L. (2006). Na fronteira dos movimentos sociais. *Revista Sociedade e Estado*, 21(1), 17-28. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0102-69922006000100003>.
- Unicef (2001). *Adolescents in Latin America and the Caribbean: policy guidelines. Regional Office for Latin America and the Caribbean*. Bogotá, Colômbia.
- Veloso, M. T. (2018). *Crianças na cidade - participação infantil no planejamento e gestão das cidades: novas espacialidades, autonomia, possibilidade*. Dissertação de mestrado inédita. Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura e Urbanismo: Belo Horizonte.

